Controvérsias da Cobertura Jornalística Online da Transposição do Rio São Francisco nos Sites do Correio de Sergipe e NE10[1]

Erivaldo Francisco dos SANTOS JÚNIOR[2]

Resumo
A imparcialidade no jornalismo é alvo de discussões e polêmicas nos estudos em comunicação. Para muitos acadêmicos, seu conceito é algo que deve ser lembrado e colocado na construção de uma notícia. O presente artigo busca contemplar e refletir sobre como se situam tais questões na prática profissional, trazendo, do ponto de vista empírico, uma análise de Conteúdo de matérias, publicadas entre os anos de 2005 a 2010, nos sites do Correio de Sergipe e NE10, sobre a transposição do rio São Francisco. Espera-se contribuir, com esse estudo, o debate sobre a imparcialidade para que o jornalismo continue desempenhando o seu papel de formador de opinião da melhor maneira.

Palavras-chave: imparcialidade; jornalismo; transposição; São Francisco.

1. INTRODUÇÃO

A transposição do rio São Francisco é um tema que vem sendo amplamente debatido pelos veículos de comunicação por se tratar de uma das maiores obras nos dias atuais que trará avanços para todo o país, principalmente para a região Nordeste. Por levantar dilemas acerca de uma temática de cunho ambiental, os conteúdos jornalísticos divulgados são de grande importância para esclarecimentos e formação de opiniões sobre o planejamento de transpor as águas. Neste sentido, se contemplará e buscará refletir se tais questões estão sendo retratadas de acordo com um dos principais fundamentos do Jornalismo, que é a imparcialidade mediante o que está sendo noticiado.

Com a finalidade de analisar os conteúdos jornalísticos que abordam a transposição do rio São Francisco, o trabalho de conclusão de curso faz um mapeamento do que foi publicado em dois sites de notícias da região Nordeste, *Correio de Sergipe e NE10*, com coleta entre os anos de 2005 a 2010.

Partindo do pressuposto de que um dos fundamentos do jornalismo é a imparcialidade e que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea, a análise pretende demonstrar se as afirmativas acima condizem com a

[1] Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: jrjuniorkd@yahoo.com.br

realidade textual dos sites de notícias ou se há uma tendência para defesa ou criticas ao projeto de transposição, dependendo dos interesses do Estado onde ficam localizadas as sedes dos veículos midiáticos online.

A escolha dos dois veículos de comunicação é justificada por pertencerem a uma mesma região, mas que defendem pontos de vistas políticos e sociais distintos sobre a transposição. O site do Correio de Sergipe tem sede no Estado de mesmo nome, que é um dos maiores opositores do projeto, já o portal NE10, oriundo de Pernambuco, que se posiciona a favor de transpor as águas do Rio São Francisco por acreditar que trará inúmeros benefícios locais. Outros fatores também influenciaram na escolha, como a disponibilização das matérias, na íntegra, independente de assinatura paga e a veiculação de um maior número de notícias pertinentes ao tema.

Tal distinção entre os posicionamentos dos Estados ocorreu, oficialmente, no ano de 2005, com a aprovação da obra pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que só começaram em 2007, após muitas disputas políticas na região Nordeste. De um lado **Pernambuco**, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, bem como seus governantes e políticos, se empenham na luta a favor da transposição, na maior parte das vezes pelos benefícios econômicos que a mesma trará, em especial com o desenvolvimento do agronegócio. Do outro lado, se encontra a população ribeirinha de **Sergipe** e Bahia, que antes mesmo da transposição já sofre com a redução do volume d'água que o Rio vem enfrentando e reivindica a sua revitalização, com apoio de adversários políticos como o ex-governador João Alves Filho e o atual, Marcelo Déda.

O período de abrangência da pesquisa contempla as reportagens publicadas entre 2005 e 2010, demarcado por duas datas de grande relevância e ocorrência de diversas polêmicas no processo de desenvolvimento do projeto da transposição. Em 2005 foi quando o governo federal anunciou, pela primeira vez, que as obras do projeto teriam início, e foi o ano da primeira greve de fome do bispo de Barra (BA) Dom Luiz Flávio Cappio, que teve bastante repercussão na imprensa e provocou o adiamento do começo das obras. Já 2010 foi escolhido como marco final da pesquisa por ser o último ano do governo Lula, que viabilizou a obra, e também por servir como uma das propostas de campanha de Dilma Roussef, sucessora do último presidente petista.

A presente pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, com base em uma aplicação quali-quantitativa no método da Análise de Conteúdo, nos conteúdos jornalísticos

coletados nos sites, através da sistematização e categorização dos textos do Correio de Sergipe e NE10. De acordo com Herscovitz (2008), essa abordagem "pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos" (p. 123).

A premissa que orienta essa sistematização é a de que a partir da quantificação de matérias publicadas e da abordagem que é feita através dos textos será possível identificar sinais de defesa e/ou críticas a transposição, o que pode configurar o jogo de interesses envolvido na obra, que ajudarão na identificação ou não de controvérsias (im)parciais na cobertura da obra hídrica.

2. CREDIBILIDADE, OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO

Um dos princípios básicos que norteia qualquer veículo midiático e serve de parâmetro para classificá-lo como um jornal de boa qualidade é a credibilidade que ele transmite para toda a sociedade. As principais teorias da noticiabilidade, que foram detalhadas neste capítulo, têm, mesmo que seja como plano de fundo, a preocupação em reportar dados confiáveis. "A credibilidade de um jornal é a sua contrapartida à confiança que o público deposita, quase de modo inconteste, em seu noticiário" (GUERRA, 2008, p. 30).

O desenvolvimento da credibilidade está ligado à ética profissional do jornalismo. A partir do momento em que há a preocupação de noticiar o fato o mais próximo do que aconteceu na realidade, para garantir uma notícia mais credível, está obedecendo a um dos princípios básicos ético, que é o de ater-se ao real dos acontecimentos.

"O desenvolvimento do jornalismo evidencia a credibilidade como condição da indústria. Para não afastar leitores, jornais tendem a atenuar posições, mascarar preferências, criar parâmetros equilibrados de julgamento, tornar-se confiáveis para testemunhas" (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 53). A buscar por noticiar os fatos da forma mais fiel a realidade garantem ao veículo jornalístico uma maior audiência, por transmitirem confiança. "Quando um jornal noticia algo, a tendência imediata do público é acreditar na realidade daquilo que foi noticiado" (GUERRA, 2008, p. 28). A relação entre confiança e credibilidade às instituições jornalísticas "(...) oxigenam a vigência do imperativo ético fundante do jornalismo, ater-se ao real acontecimento dos fatos, porque o público cobra constantemente que os jornais honrem a confiança que lhes é depositada" (GUERRA, 2008, p. 33).

Um dos artifícios utilizados pelos jornalistas para dar mais credibilidade as informações que são narradas são as suas fontes. Quanto mais qualificada for uma determinada pessoa e mais disposição tiver para discorrer sobre determinado fato publico, mais veracidade e confiança ela transmite aos leitores. "A melhor fonte de informação não é a que sabe tudo, mas a que conta o que sabe, a que tem jeito de jornalista. Sabe observar, valoriza o detalhe e guarda tudo na memória" (NOBLAT, 2006, p. 62). Através do contato recorrente com aquele que depõe, o profissional da área acaba formando a sua rede de contatos e ficam mais próximo. Tal aproximação gera pontos positivos, posto que o informante ganha confiança absoluta e informa com mais precisão, e também negativos, por ter uma lista de fontes confiáveis, quem entrevista acaba privilegiando sempre as mesmas pessoas e deixando de conhecer outros pontos de vista, que podem desempenhar um papel importante e ter informações exclusivas e relevantes.

Estas fontes, que garantem uma maior credibilidade a informação jornalística, são classificadas como "primárias" e "oficiais". O primeiro conceito está ligado a revelação de dados em primeira mão, fornecendo o que é essencial para a matéria; já a segunda são as ligadas os órgãos públicos ou que se pronunciam em nome do Estado e poderes constituídos (SCHMITZ, 2011). "As concepções jornalísticas de 'competência' e 'credibilidade' ajudam a assegurar que as notícias estejam dependentes de fontes 'legítimas'" (TRAQUINA, 2005, p. 121).

Outro princípio jornalístico, que se relaciona e garante a credibilidade, é a objetividade. Mediante o "compromisso" dos veículos midiático de se prender ao real do acontecimento para ganhar confiança do público-alvo, ser objetivo ao escrever as notícias reforçam a imagem de que os jornais têm compromisso com a ética do seu campo de trabalho. Tratamento isento das fontes e impessoalidade são artifícios desenvolvidos para sustentar tal método (PEREIRA JUNIOR, 2006).

"A objetividade, convém lembrar, é a propriedade que permite ao discurso jornalístico noticiar o fato sem deixar que fatores de ordem subjetiva provoquem alguma alteração na realidade de tal fato" (GUERRA, 2008, p. 95). Quando se fala em objetividade está se buscando uma estreita relação com conceitos que são comuns aos de credibilidade, que é a escrita de um texto que seja o mais exato e verossímil possível da realidade, sem a existência de comentários ou impressões a respeito do fato narrado. O jornalista tem um importante papel neste quesito, tendo em vista que é o escritor e que detém a percepção sobre o acontecimento.

Contudo, há muita divergência entre os estudos produzidos sobre a objetividade. Alguns teóricos afirmam que não é possível ser totalmente objetivo na realidade, que é algo utópico. Quem pensa nessa linha, acredita que um trabalho sempre vai sofrer a influência de interesses e percepções no ato de noticiar, seja do jornalista que escreve a matéria ou da linha editorial da empresa jornalística. Já os que acreditam, afirma que é possível desde que haja a consciência de que não há um registro como espelho do real, mas que "a recepção de uma informação se efetivaria na sua compreensão, na inclusão da existência de outros interlocutores em nosso próprio horizonte existencial" (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 59).

Já o princípio da imparcialidade é uma mescla dos elementos característicos dos dois anteriormente citados. Para atingir a imparcialidade há que prevalecer sobre a dissertação dos fatos a isenção do "eu", tanto do jornalista quanto da empresa que está noticiando. Para que haja a imparcialidade é necessário também que o veículo jornalístico seja neutro mediante as polêmicas e não tome partido em nenhuma situação que venha a publicar. Ressaltando que a aplicação de tais princípios na prática serve de apoio ao desenvolvimento de um trabalho que respeita a ética da profissão.

A situação de confronto entre a possibilidade de existir ou não na prática o princípio de imparcialidade e outro fator comum com a objetividade. Há teóricos que não acreditam porque "por mais que os repórteres se empenhem para ouvir os dois lados de uma pendenga ou conceder espaços iguais para que os conflitantes exponham seus argumentos, no fundo, esses procedimentos só encontram validade formal" (GUERRA, 2008, p. 96). Já os que defendem, afirmam que é necessário o esclarecimento do jornalista sobre sua ligação com o fato para que este se torne neutro. Eugênio Bucci (BUCCI *apud* PEREIRA JUNIOR, p. 38) afirma que há três níveis possíveis de neutralidade que contribuem para que os veículos possam ser imparciais, todos eles dizem respeito a que determinada empresa e seus profissionais relatem as minúcias de como foi construída a notícia.

3. O RIO SÃO FRANCISCO

O rio São Francisco, popularmente conhecido como "Velho Chico", é um dos mais importantes rios do país, chegando a cortar mais de quatro Estados nordestinos. localizado pelo navegador Américo Vespúcio, no dia 4 de outubro de 1501, data em que se comemoram as festividades religiosas que fazem alusão a São Francisco de Assis. Com nome indígena Opará, com significado "rio-mar", suas águas tinham tal força que avançavam por dentro do Oceano Atlântico. (ALVES, 2008, p. 15).

Também conhecido com Rio da Integração Nacional, o São Francisco tem sua nascente na Serra da Canastra, em Minas Gerais, na região sudeste, e sua foz se localiza entre Sergipe e Alagoas, abrangendo 639.219 km^2, segundo dados disponíveis no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Banhando também os Estados da Bahia e Pernambuco, envolve com sua bacia hidrográfica parte de Goiás e do Distrito Federal. Sua divisão se dá em quatro trechos: o Alto São Francisco, que vai de suas cabeceiras até Pirapora, em Minas Gerais; o Médio, de Pirapora, onde começa o trecho navegável, até Remanso, na Bahia; o Submédio, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o Baixo, de Paulo Afonso até a foz. Durante o decorrer do seu curso, se encontram cinco hidrelétricas: Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó, Xingó e Sobradinho, todas operadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) (BRASIL, 2004, p. 13-14).

O entrave existente em torno de transpor as suas águas, retoma aspectos pertinentes às culturas locais da população ribeirinha, demonstrando o crescimento econômico da área, para que melhor seja entendido o andamento das obras. Com uma breve análise dessa história, se pode ter um melhor entendimento das peculiaridades da questão para se chegar a uma reflexão se há controvérsias na cobertura midiáticas nos jornais estudados.

A origem do planejamento de transpor as águas do São Francisco é datada no período imperial, onde D. Pedro II chegou a encomendar um estudo detalhado da navegação do rio e cogitou enfrentar a seca por meio de um canal que conduzisse a água para a região atingida. Mas a proposta esbarrou na inviabilidade técnica e ficou só na intenção. Só a partir da década de 1990, a ideia de transpor águas do Rio São Francisco para as áreas nordestinas carentes de recursos hídricos ganha destaque na mídia e passa a ser abordada como questão política. Desde então, o Governo Federal passou a encomndar estudos para que a obra se tornasse executável. A partir de 2004, com a divulgação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o governo passa a evitar o termo “transposição” e a se referir à obra como “integração” de bacias, açudes e adutoras da região.

Em 2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova a transposição, mas as obras só começam em agosto de 2007, em função de várias tentativas de embargo judicial. Segundo o MIN, o Projeto consiste na construção de dois canais: o Eixo Norte, que conduzirá água aos rios Salgado e Jaguaribe (CE), Apodi (RN), e Piranhas-Açu (PB-RN), e o Eixo Leste, com uma barragem em Itaparica, que encaminhará até o Rio Paraíba.

Com o intuito de implantar um conjunto de canais, adutoras túneis, estações de bombeamento e reservatórios, o projeto de transposição do rio São Francisco se utilizará de dois canais para levar água a 12 milhões de pessoas de 391 municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Segundo a gestão do Governo Federal, a proposta é construir o Eixo Norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; e o Eixo Leste, que beneficiará parte do Sertão e as regiões Agreste de Pernambuco e da Paraíba. (BRASIL, 2004)

3.1 Prós e Contras da Transposição

Com a apresentação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, surgiu um acalorado debate que dividiu, principalmente, a região Nordeste. Acentuado a partir do ano 2000, os estados doadores, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e principalmente o de Sergipe, começaram a fazer manifestações contra a ideia de transpor as águas e passaram a defender a revitalização do rio.

Oficialmente, foi lançado, no ano de 2004, o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Criado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério Nacional da Integração e outros quatorzes ministérios, busca atender demandas da sociedade daquela bacia, na tentativa de solução para os problemas identificados e que apresentavam repercussões socioambientais que contribuíam, contínua e significativamente, para a degradação ambiental da região, conforme consta no site do documento do projeto. Dividi-se em cinco linhas: gestão e monitoramento; agenda socioambiental; proteção de uso sustentável de recursos naturais; qualidade de saneamento ambiental e economias sustentáveis.

Contudo, nem todos os que são contrários ao projeto de transposição apoiam tal programa de revitalização. Para Andrade, atrás desse projeto pode haver interesses econômicos e políticos.

> Se a população que vive ao longo da bacia do rio São Francisco não estiver atenta, a revitalização pode virar o "lobo vestido em pele de cordeiro", e muitas outras obras com mais barragens e transposições podem ainda ocorrer em nome da "revitalização" para atender objetivos muito particulares de certas agências e órgãos federais, e consórcios estaduais. Em nome da revitalização, as "laranjas da feira livre" estarão mais caras, ou seja, as águas do rio São Francisco estarão ainda mais valiosas, mais valorizadas para uma atrativa arrecadação de impostos e taxas sobre o uso desses recursos. (2006, p. 23)

Com a apresentação dos dois projetos, e a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), no ano de 2004, o acirramento entre as opiniões favoráveis e contrárias se tornou evidente, principalmente no Nordeste. O projeto de revitalização do São Francisco visa "implantar uma política de desenvolvimento na bacia do rio com sustentabilidade socioambiental", segundo consta no documento.

Sempre apoiados no discurso do Ministério Nacional da Integração, de que a transposição levaria água, através dos dois canais que serão construídos água para os locais que necessitam, os Estados receptores, na figura dos seus governantes e políticos, se utilizam, também, de comparações com obras hídricas de grande porte que aconteceram em outros países.

Por sua vez, os estados doadores, encabeçados na luta contra a transposição pelo Ex-governado do Estado de Sergipe, João Alves Filho, defendem que a obra causa um dos maiores desastres ecológicos do país. Ao transpor águas do rio que já sofreu inúmeras intervenções em seu percurso, principalmente devido à instalação de hidrelétricas, o projeto implicará na morte do mesmo. Outro argumento defendido é de que há outras formas de se resolver o problema do Semiárido nordestino. "Há diferentes propostas alternativas, e todas elas com características semelhantes: o equacionamento dos recursos por meio de soluções simplificadas". (ALVES, 2008, p. 38)

Outro ponto que merece destaque é o uso da nomenclatura para fazer referência aos projetos, numa tentativa de amenizar os impactos que podem acontecer.

> O Ministério da Integração Nacional (MIN) utiliza o primeiro termo, que, de acordo, como dicionário Larousse, significa o "ato ou efeito de integrar", ou seja, tornar inteiro, completar, referência direta a frase "rio da integração nacional". Já o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco (CBHRSF) utiliza o vocábulo "transposição", "ato ou efeito de transpor", ou seja, colocar algo em local diferente daquele em que estava. A utilização dessas duas palavras marca bem a dicotomia entre quem é contrário ou favorável à obra. (SILVA; MACHADO, 2010, p. 8)

Com a aprovação da obra de transposição, feita pelo Governo Federal no ano de 2005, há uma mudança no foco do debate entre os estados doadores e receptores. O primeiro grupo traz a tona discussões acerca da saúde do rio mediante o avanço na construção dos canais, já o segundo passa a cobrar maior agilidade da empreitada. Tais nuances continuam pautando notícias com abordagens favoráveis e contrárias ao projeto.

4. Análise das matérias do Correio de Sergipe e NE10

Os dois sites de notícias, quem tem suas sedes em diferentes cidades da região Nordeste, são provenientes de uma base do jornalismo impresso. Com o intuito de manter informados os internautas de seus respectivos Estados, os veículos noticiam não só o que acontece localmente, como também em âmbito nacional e regional.

O Correio de Sergipe fundou o seu jornal impresso diário em janeiro de 2001, com início das suas atividades no dia 21 do mesmo mês (BECKER, 2011, p. 119), na cidade de Aracaju (SE). Prioridade do político João Alves Filho, tendo como atual diretor presidente, João Alves Neto, o veículo se expandiu criando um site de notícias que mescla matérias divulgadas em sua versão impressa com as produzidas e publicadas somente online. Porém, as matérias analisadas nesta pesquisa são as que se encontram disponíveis e podem ser buscadas através da ferramenta específica no próprio site.

O NE10 integra o Sistema JC de Comunicação, pertencente ao grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça, foi fundado em abril de 1919, em plena campanha política de Epitácio Pessoa à Presidência da República. Sua página virtual se tornou portal e adquiriu os moldes atuais em 20 de fevereiro de 2002, em Recife (PE)[3]. Diferentemente do Correio de Sergipe, o NE10 já foi criado com a ideia de ter um conteúdo exclusivo, embora sejam publicadas em sua página virtual matérias que saíram no Jornal do Commercio, publicação impressa também do grupo JCPM.

A análise das matérias que retratam a cobertura da transposição foi feita, nos pelos sites de notícias, durante do período de 2005 a 2010 (conforme já explicado anteriormente no item 1). Para a coleta de matérias que compõem a amostra deste estudo foi à seleção duas palavras-chaves (transposição, São Francisco). Contudo, os resultados obtidos com o termo “São Francisco” mostrou-se amplo demais, envolvendo diversos temas que não se referiam diretamente à transposição do rio. Optou-se, então, por restringir a busca ao termo “transposição”, que trouxe matérias associada a “rio São Francisco”.

Em seguida, os dados coletados foram separados em informativos e opinativos. Os textos que expressavam opiniões foram excluídos dessa pesquisa por, na maioria das vezes, serem comentários das situações que já tinham sido publicadas. O enfoque principal da análise desse estudo são as notícias que relatam fatos em primeira mão, buscando respeitar os princípios jornalísticos.

[3] As informações divulgadas foram retiradas da página virtual do próprio site. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/grupo/institucional/sobre/sobre.php>. Acesso em: 6 jul 2016.

Posteriormente, foi aplicada a Análise de Conteúdo (HERSCOVITZ, 2008) "com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação" (p. 126). Após a leitura das notícias, foi possível identificar, quantificar e detectar a dominância das duas principais categorias de acontecimento e relaciona como os sites abordam estas temáticas: manifestações favoráveis e/ou contrárias a transposição de interesses locais econômicos e políticos.

Dos 289 textos informativos recuperados nos dois sites, 224 foram publicados no Correio de Sergipe e apenas 65 no NE10. No site sergipano, a plataforma virtual não possui separação de matérias por editorias, na página só há o título, com a data de divulgação, acompanhado do texto corrido. Já no portal pernambucano, a divisão editorial acontece em duas seções: 64 notícias são publicadas em "Cotidiano" e apenas uma na "Eleições".

A partir da separação das matérias, dentro do recorte temporal desta pesquisa, já se pode observar alguns pontos pertinentes. A discrepância existente entre os números de matéria publicadas nos dois veículos é um fator logo perceptível. O Correio de Sergipe publica 159 notícias a mais que o NE10, no mesmo período temporal. O maior número de textos publicados se encontra nos primeiros da coleta, onde há a luta pelo impedimento do avanço nas obras, fato mais noticiado pelo veículo sergipano, Estado doador das águas.

Já o ano de maior publicação de notícias, comum aos dois sites, é o de 2005, onde acontece a primeira greve de fome do bispo Dom Luiz Flávio Cappio contra a transposição do rio São Francisco. Tal manifestação do religioso é retratada nos dois veículos de comunicação, sendo que no Correio de Sergipe o enfoque é dado, em um maior número de matérias (51 textos), nas manifestações populares que tal ato gerou, o que quase não é noticiado no NE10 (8 notícias). Outro fator relevante que também pode ser percebido através desse olhar é a não publicação de nenhuma matéria no ano de 2010, na página virtual do jornal sergipano, período em que aconteceu as eleições presidenciais que elegeram a atual presidenta. Já o portal pernambucano traz apenas uma matéria, na editoria de "Eleições", que retrata a visita do, então, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da candidata Dilma Roussef, onde o petista critica os que posicionam contra e reclamam da demora na execução do projeto de transpor as águas. Os gráficos a seguir ajudam a melhor visualizar tal situação. Nos anos de 2006, 2007 e 2009, são noticiados fatos rotineiros no processo de implantação do projeto e andamento das obras, como expedição de licença e editais.

Outra observação que pode ser feita é sobre um hiato existente nos dois sites sobre a não publicação de matérias em determinado período. No Correio de Sergipe, isto ocorre no ano de 2010, como já foi comentado acima, onde o embate em torno da realização das eleições presidenciais acontecia em torno do apoio ou não a transposição por parte da principal candidata, que é petista, ao maior cargo político do país, e o portal pernambucano noticia justamente, em uma única matéria, a posição favorável dos políticos. Já no NE10, isto ocorreu em 2008, onde 10 das 11 notícias do site sergipano relatavam manifestações contra o andamento das obras.

Tais silêncios são indícios da defesa dos interesses de cada Estado, uma vez que o que é calado são fatos e argumentos, com pontos de vistas distintos, que se chocam com os interesses das respectivas localidades. Em nível de exemplificação serão expostos abaixo trechos, que comprovam a posição defendida pelos sites jornalísticos nos respectivos anos em que houve o silenciamento por parte do outro e do que era noticiado na época.

"*Para o coordenador regional do Comitê da Bacia do São Francisco, Luís Carlos Fontes o Governo Federal está cometendo uma agressão aos brasileiros com a realização das obras da transposição. 'O projeto mais viável para amenizar a falta de água em algumas regiões do País seria a construção de adutoras ou de modos mais simples de levar água à população que realmente necessita. Na minha avaliação, o projeto de transposição, que prevê levar água para 12 milhões de pessoas, vai beneficiar de verdade grandes produtores e latifundiários', disse*." [4]

"*Para o presidente as críticas à Transnordestina e à transposição do São Francisco acontecem porque os adversários não saem do Recife. 'Seria tão bom que esses adversários, ao invés de ficarem no Recife falando mal do Eduardo, pegassem o carro e fossem visitar a obra do Canal do São Francisco, para eles morrerem de inveja porque não tiveram coragem de fazer'.*"[5]

Diante dos argumentos expostos na matéria, se percebe que o Correio de Sergipe publicou com enfoque as pontuações que estavam em debate, naquela época de início das obras, entre os que se colocavam contrários ao projeto de transposição. O NE10, por sua

[4] Trecho extraído da matéria intitulada "Obras de transposição geram críticas", publicada na página virtual do Correio de Sergipe, no dia 09/01/2008. Disponível em: <http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=25958>

[5] Trecho extraído da matéria intitulada "Lula manda críticos da transposição e da Transnordestina visitarem obras", publicada no portal NE10, no dia 23/07/2010. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/eleicoes-2010/noticia/2010/07/23/lula-manda-criticos-da-transposicao-e-da-transnordestina-visitarem-obras-229776.php>

vez, aproveitou a visita do presidente, em 2010, para que ele se manifestasse como favorável a problemática que estava sofrendo críticas.

É importante ressaltar que no site de notícias sergipano só são publicadas matérias escritas pelos jornalistas do próprio veículo, o que não acontece no portal pernambucano. O NE10 reproduziu 41 textos (63% do conteúdo total) de agências de notícias, como a Agência Brasil e Agência Estado, e de outros veículos, a exemplo da Folha Online, UOL e Diário do Grande ABC. Só no ano de 2007, das 17 que foram noticiadas, 15 eram reproduzidas. Tal reprodução alerta para o afastamento do enfoque local e aproximação de argumentos que são defendidos em âmbito nacional, que retrata a obra de transposição como sendo um avanço para o todo o país.

As matérias publicadas nos sites de notícias retratam com exclusividade temas relacionados às questões pertinentes ao seu respectivo Estado-sede, ficando evidente a defesa de interesses políticos de cada localidade. O silenciar de dados que mostram os prejuízos que as obras de transposição podem gerar em Sergipe e os benefícios que a mesma trará ao Estado de Pernambuco correspondem, justamente, a busca de tornar público, através das publicações de notícias, somente o que é importante em âmbito local, desconsiderando um princípio base do jornalismo que é o de narrar todas as facetas de um fato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste estudo havia a preocupação em analisar se os sites de notícias Correio de Sergipe e NE10, ambos da região Nordeste, retratavam as notícias da transposição do rio São Francisco obedecendo a um dos princípios básicos que norteia o jornalismo, que é a imparcialidade. Ao final dele, se pode afirmar que a cobertura feita por tais veículos de comunicação é parcial, ou seja, há uma tendência na defesa e/ou crítica dependendo da posição política defendida pelo interesse do seu respectivo Estado-sede.

Após a análise dos dados coletados, nota-se que o Correio de Sergipe se posiciona contrário à transposição do rio São Francisco, defendendo, quase na totalidade das matérias publicadas, argumentos de que o projeto traz malefícios para os Estados doadores das águas e apoiado nos discursos de João Alves Filho, integrante da família proprietária do veículo. Por sua vez, o NE10 se mostra favorável ao andamento das obras, seguindo a mesma linha de defesa dos políticos de Pernambuco, e faz uso dos pronunciamentos e documentos do

Ministério da Integração Nacional, de que tal projeto beneficia o desenvolvimento de todo o país.

Ao buscar a construção de uma cobertura imparcial ao longo desses cinco anos estudados, os veículos de comunicação deveriam reportar os fatos referentes à transposição isentos de críticas, privilegiando fontes que discorressem sobre as mais variadas facetas existentes no projeto e na viabilização da obra, abordando não apenas aquilo que seja de interesse das camadas políticas do seu respectivo Estado-sede. Assim, atenderiam a uma das máximas jornalistas que é a representação da diversidade de pensamento da sociedade contemporânea.

O artigo pretende contribuir com os estudos de Comunicação, desenvolvidos pelos estudantes de graduação da área, para que seja fortalecido o debate, em âmbito acadêmico e de modo interdisciplinar, acerca da questão da imparcialidade no retrato dos fatos, para que as matérias possam ser um "espelho da realidade". Que o estudo possa ser incorporado na prática da profissão, para que o jornalismo continue desempenhando o seu papel de formador de opinião da melhor maneira.

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Sonia; SANTOS JUNIOR, Erivaldo. **A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste: o caso do Jornal do Commercio**. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>. Acesso em: 14 jul 2016.

AGUIAR, Sonia; SANTOS JUNIOR, Erivaldo. **Territórios de proximidade na cobertura jornalística da transposição do rio São Francisco**. Trabalho apresentado no I Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental. São Cristóvão, 2011.

ALVES, João Filho (Org). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ANDRADE, Renata. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio**. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil. Agosto, 2002. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/final_document_sao_fran2da.pdf>. Acesso em: 14 jul 2016.

BECKER, Michele Amorim. **Ética e comunicação de risco na transposição das águas do rio São Francisco**. Sergipe, 2011. 199 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto Ambiental**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920>. Acesso em 14 jul de 2016.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade**. 11º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2002/franciscato2002.doc>. Acesso em: 14 jul 2016.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. – São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em Jornalismo. In: Lago, C.; Benetti, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em "tempo real"**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Coleção Fazer Jornalismo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco**: fator precípuo da existência do Brasil. 4. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis, SC: Combook, 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf>. Acesso em: 14 jul 2016.

SILVA, Michel de Oliveira; MACHADO, Thayza Darlen. **A transposição do Rio São Francisco em sites de notícias de Sergipe e Bahia**. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1291-1.pdf>. Acesso em: 16 jul 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias das Notícias**: o estudo do jornalismo no século XXI". In: O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001. p. 64-126.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis , SC: Insular, 2005.